



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

Patury acompanhou de perto a discussão do substitutivo

Reunião do CMN para homologar índice único

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O Conselho Monetário Nacional (CMN) reúne-se hoje, extraordinariamente, para analisar alguns pontos do pacote econômico. Entre eles, está a homologação da criação do índice único para a correção de capital e salário, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), e a definição das alíquotas do Imposto de Renda a incidirem sobre as operações financeiras de curto prazo (open market). O CMN também apreciará votos relativos à dívida externa dos bancos liquidados — Comind e Auxiliar — dentro da Resolução 63 do Banco Central, e o plano de saneamento financeiro do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool).

O IPCA foi implantado através de voto ad referendum do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. A redefinição das alíquotas do Imposto de Renda sobre o open é necessária porque, mesmo antes de o pacote ter chegado ao Congresso, os parlamentares fizaram Funaro retirar do projeto o item que previa a instituição do IOF (Im-

posto sobre Operações Financeiras) sobre o setor. Haveria a substituição do IR pelo IOF, este em alíquotas regressivas de 20% a 10%.

O CMN não terá poder para aumentar a taxação sobre as operações de curto prazo. Por força de lei, o órgão só pode fixar as alíquotas sobre o open na faixa de 6% a 12%. Segundo informações do Ministério da Fazenda, o CMN deverá modificar as alíquotas dentro desta faixa, procurando gerar os mesmos efeitos que a aplicação do IOF teria sobre o open. Originalmente, o pacote previa que a alíquota de 20% do IOF começaria a ser aplicada para as operações de um dia, diminuindo na medida em que o tempo da aplicação aumentasse. Hoje, o IR incide da seguinte forma: 12% nas aplicações até 30 dias, 9%, 60 dias e 6%, 90 dias.

Ao todo, o Conselho Monetário analisará 77 votos, na sua maioria de rotina e já aprovados antecipadamente pelo ministro da Fazenda. Muitos estão relacionados à rolagem de débitos externos de Estados e municípios, ou a autorizações para a emissão de títulos públicos destas esferas.